Marcelina Júlio Inlia

Moçambique pôs independência (1975-1987)

Licenciatura em Ensino de História com Habilitações em Ensino de Geografia

Universidade Pedagógica

Quelimane

2016

Marcelina Júlio Inlia

Moçambique pôs independência (1975-1987)

Licenciatura em Ensino de História com Habilitações em Ensino de Geografia

Trabalho de Conclusão do Curso a ser Entregue ao Departamento de Ciências Sociais e Filosóficas para obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de História com Habilitações em Ensino de Geografia

Supervisor:

Dr. Óscar Zumbire

Universidade Pedagógica

Quelimane

2016

Índice

[0. Introdução 3](#_Toc461618532)

[0.1. Problematização 3](#_Toc461618533)

[0.2. Hipóteses 4](#_Toc461618534)

[0.3. Justificativa 4](#_Toc461618535)

[0.4. Objectivos 5](#_Toc461618536)

[0.4.1. Geral 5](#_Toc461618537)

[0.4.2. Específicos 5](#_Toc461618538)

[0.5. Metodologia 5](#_Toc461618539)

[1. Moçambique independente (1975-1987) 6](#_Toc461618540)

[1.1. Conceitos básicos 6](#_Toc461618541)

[1.1.1. Economia centralmente planificada 6](#_Toc461618542)

[1.1.2. Economia de livre mercado 6](#_Toc461618543)

[1.2. As políticas de desenvolvimento económico adoptadas após a independência 6](#_Toc461618544)

[1.2.1. Nacionalização 6](#_Toc461618545)

[1.2.2. O III Congresso da Frelimo 8](#_Toc461618546)

[1.2.3. Aldeias Comunais 9](#_Toc461618547)

[1.2.4. Machambas do povo/estatais 10](#_Toc461618548)

[1.2.5. Plano Prospectivo Indicativo (PPI) 11](#_Toc461618549)

[1.2.5.1. Fracasso do Plano Prospectivo Indicativo (PPI) 12](#_Toc461618550)

[1.2.6. IV Congresso da Frelimo 13](#_Toc461618551)

[1.2.7. Programa de Reabilitação Económica (PRE) 14](#_Toc461618552)

[1.2.7.1. Medidas de aplicação 14](#_Toc461618553)

[1.1.8.1. Impacto do PRE 15](#_Toc461618554)

[2. Conclusão 16](#_Toc461618555)

[3. Referências bibliográficas 18](#_Toc461618556)

# 0. Introdução

Tenciona-se debruçar neste trabalho sobre as *Moçambique pôs Independência (1975 à 1987)* com enfoque para as Políticas de Desenvolvimento Económico Adoptadas após a Independência e o seu alcance (1975-1987)*.* Considera-se que logo após a independência que foi alcançada à 41 anos seguiram-se de várias politicas de desenvolvimento económico traçadas com vista a tornar o país num nível de desenvolvimento considerável e que fosse referência para os países da região da SADEC assim como do mundo. Como forma de se alcançar tais objectivos, foram adoptadas numa primeira fase políticas de orientação socialistas onde a economia era centralmente planificada, revertendo-se as antigas propriedades dos colonos em empresas Estatais (EE), as escolas e os hospitais para a gestão do governo. Em seguida foram criadas aldeias comunais, que tinham como objectivo minimizar os custos e maximizar a sua abrangência.

Foi ainda nesta ordem de ideias que se introduziu o PPI dois anos após a realização do III congresso, um congresso que foi decisivo na definição e construção da política centralmente planificada, os preços dos produtos eram definidos a nível central, os chefes ou seja os líderes tradicionais perderam o seu campo de actuação no seu lugar tomaram uma nova estrutura política administrativa definida onde os secretários e os chefes dos grupos dinamizadores das aldeias e as antigas propriedades dos aldeões foram perdidas ficando dependentes da nova política comunista.

## 0.1. Problematização

Problemas e entraves políticos, económicos e sociais internos (domésticos), regionais e globais marcaram as diferentes etapas da história de Moçambique pós-colonial caracterizado ainda pela implementação de políticas que permitissem desenvolver o país a curto prazo (10 anos). A agressão movida, primeiro, pela Rodésia do Sul, actual Zimbabwe, pela África do Sul do *apartheid* e, depois, pelo Movimento de Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), a seca que assolou o país na década de 1980 e a crise económica dos anos 1980 movida pela alta dos preços do petróleo foram responsáveis pelo fracasso do socialismo. Isso obrigou o governo do dia a mudar o funcionamento do mesmo assim como do corpo administrativo económico e social do país, vindo-se obrigado a abandonar a política de economia centralmente planificada para uma economia de livre mercado.

Diante desta realidade lança-se a seguinte questão:

- *Quais foram as políticas de desenvolvimento económico traçadas em Moçambique após a independência (1975-1987)?*

## 0.2. Hipóteses

Temos como possíveis respostas à nossa questão de partida:

* Após a independência de Moçambique foram traçadas diversas políticas de desenvolvimento económico de orientação socialista que visavam acabar com o subdesenvolvimento do país, mas, as mesmas fracassaram devido a várias razões.
* Foram traçadas políticas de desenvolvimento económico (machambas do povo, aldeias comunais, nacionalização de empresas e PPI) que por não considerarem a realidade socioeconómica do povo, não tiveram sucesso sobretudo na sua implementação.

## 0.3. Justificativa

Conhecer a história de Moçambique é sempre fascinante sobretudo quando se olha para o período que subsequente a independência nacional, trata-se do período que parte do ano de 1977, ano da realização do III Congresso um congresso que carregou consigo uma relevante importância pela sua natureza, pôs, foi o primeiro congresso realizado em solo pátrio independente.

Movido pela motivação pessoal, a escolha do tema foi devido a curiosidade que surgiu ao longo da formação académica prestes a findar, aonde no decurso da mesma foi possível aprender sobre as reformas económica de Moçambique independente, algo que se caracterizou pela introdução de várias reformas económicas objectivadas a tornar o país desenvolvido num período relativamente curto.

A escolha do ano de 1987, foi pelo facto de realizar-se em 1983 o IV congresso da Frelimo com o qual, as politicas socialistas foram aos poucos perdendo espaço abrindo-se portas para uma economia de livre mercado.

Não só estes factores levaram a autora a estudar sobre o assunto, mas também identificar os principais problemas que envolveram as estratégias de desenvolvimento económico no período em análise.

O estudo tem uma relevância social pôs, o seu desenvolvimento trará a tona questões sobre a questão da mudança de politicas económicas e modelos de governação e as consequências tidas sobretudo a nível social.

## 0.4. Objectivos

Para o presente trabalho, foram traçados os seguintes objectivos:

### 0.4.1. Geral

* Compreender as estratégias de desenvolvimento económico adoptadas após a independência (1975-1987).

### 0.4.2. Específicos

* Identificar as estratégias de desenvolvimento económico adoptadas em Moçambique depois da independência.
* Descrever os objectivos do PPI, aldeias comunais e machambas do povo.
* Explicar qual foi o alcance das estratégias adoptadas no período em análise (1975-1987).

## 0.5. Metodologia

A metodologia é definida como “*o conjunto das actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo (…) traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”,* (Marconi e Lakatos;2003:83).

A metodologia deste trabalho é a de consulta bibliográfica, que é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre um tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados actuais e relevantes. Ela abrange: publicações avulsas, livros, jornais, revista, vídeos, internet, etc. (Silva e Menezes;2001:34).

# 1. Moçambique pôs independência (1975-1987)

## 1.1. Conceitos básicos

### 1.1.1. Economia centralmente planificada

A expressão economia centralmente planificada[[1]](#footnote-2) designa um tipo de sistema económico em que as principais decisões quanto ao quê, ao como e ao para quem devem ser produzidos os bens são tomadas ao nível central pelo Estado (Filho e outros;1996:45).

Neste sistema, a propriedade dos factores de produção é colectiva ou estatal e o mecanismo regulador da economia são os planos efectuados pelo próprio Estado, desenvolvidos com o objectivo de maximizar a satisfação das necessidades da população, definindo-se toda orientação económica nomeadamente, os preços, as quantidades de bens a produzir, os locais de produção, etc., retirando toda a liberdade de actuação aos agentes económicos (idem).

### 1.1.2. Economia de livre mercado

É um sistema económico no qual não se assiste nenhuma intervenção do estado como principal agente na planificação económica, devido ao grande consumo de produtos industrializados, seja ele de qualquer finalidade ou tipo. Ou seja, o mercado se auto regula e atende as suas necessidades e aos seus beneficiários e clientes[[2]](#footnote-3) (Mendes e outros;2007:49).

## 1.2. As políticas de desenvolvimento económico adoptadas após a independência

### 1.2.1. Nacionalização

Foi uma das primeiras áreas a merecer atenção logo após a independência e, de acordo com Newitt (2012:474), durante os anos subsequentes a independência, registou-se um êxodo massivo dos colonos brancos, trabalhadores especializados, e profissionais negros e indianos precipitados pela confusão e violência que acompanharam a ocupação da Frelimo. O Decreto Lei nº 16/76, de 13 de Fevereiro de 1975, permitia a intervenção e tutela do Estado sobre as empresas e as propriedades agrícolas abandonadas e sabotadas pelos seus antigos proprietários. Foi assim que os grandes monopólios constituídos por grandes plantações, parcelas de terra abandonadas pelos portugueses e as grandes empresas de fornecimento de energia eléctrica, água e telecomunicações foram transformadas em Empresas Estatais (EE). As propriedades agrícolas estatais foram criadas à imagem dos *sovkhoz[[3]](#footnote-4)* soviéticos.

Os Ministérios da Agricultura, da Industria e do Comércio, responsáveis pela tutela das empresas abandonadas e sabotadas, criaram os Gabinetes de Apoio (GAPO) Mosca (2005;148, citado por Matsinhe;2011:23). Estes gabinetes, enfatiza ainda o autor que tinham como função: *centralizar a gestão, a solicitação de financiamentos à banca, assistência técnica, apresentação de planos de investimento e de bens de consumo de equipamentos a importar e elaboração da contabilidade*.

Foi ai que começou a nacionalização realizada pelo governo da Frelimo abrangendo as empresas privadas, facto que deu início a uma série de instalação de equipas administrativas para as por a funcionar. Em breve, o estado controlava um enorme sector da economia, que ia desde as principais plantações e fábricas até aos armazéns de aldeia e postos de venda a retalho (Newitt;2012:474).

Em consequência da nacionalização, entre 1977 a 1981 conseguiu-se deter a queda nos níveis de produção e com isso, o aumento da exportação em 83%, onde em 1978, 50% de todas empresas estavam sob controlo do estado e que, em 1981, 65% da produção industrial, 85% dos transportes e 90% da construção se encontrassem inseridos no sector estatal (idem).

Com a nacionalização da educação e saúde houve uma notável melhoria social, pois, a expansão da rede sanitária e educacional aumentou, como também, aumentou o número de docentes básicos de dez mil para vinte mil docentes do nível básico, (Newitt;2012:474).

Entre 1975 e 1980, o analfabetismo diminuiu de 93% para 70%. As escolas secundárias e profissionais não encerraram, a Universidade de Lourenço Marques passou a ser designada Universidade Eduardo Mondlane (UEM). A educação tornou-se gratuita e as acessibilidades deixaram de estar determinadas pelas condições económicas das famílias, aumentou o número de escolas de ensino básico (Matsinhe;2011:25).

A rede sanitária expandiu-se. O número de postos de saúde aumentou quatro vezes durante os primeiros sete anos da independência e o número de habitantes por instituição de saúde materno-infantil, aumentou. Foi levada a cabo uma das mais louváveis campanhas de vacinação do mundo em que todas as crianças foram beneficiadas (Matsinhe;2011:25).

### 1.2.2. O III Congresso da Frelimo

De acordo com Bouene (2005:75), em 1977, dois anos após a independência, foi realizado o III Congresso da Frelimo, um colóquio que determinou a construção dos alicerces do novo Estado. A Resolução no 15/77 de 23 de Dezembro afirma que “*a eleição das Assembleias do Povo em todos os escalões constitui um passo decisivo na implementação das decisões do III congresso da Frelimo e forjou novas condições objectivas e subjectivas na construção da nova sociedade e da edificação do Estado Democrático Popular”.*

Assim como enfatiza Frelimo (1979:5):

“(…) o III Congresso, foi decisivo para o processo da nossa Revolução. Foi um dos momentos mais altos da vida do nosso Povo. Nele se tomaram decisões da máxima importância para o futuro do nosso País, nele se definiram tarefas para todos os sectores da nossa actividade: tarefas políticas, económicas, sociais e culturais”.

Percebe-se com o exposto, a importância do III Congresso para a História do país não só pelas políticas de desenvolvimento económico, político assim como social de Moçambique, mas também pelo seu valor histórico, pois, foi o primeiro congresso realizado em Moçambique logo após a independência marcando assim um marco importante da vitória contra o colonialismo português mediante uma luta que durou 10 anos. De realçar que, foi ainda no III Congresso que se criou a FRELIMO como um partido Marxista-Leninista, partido da vanguarda das classes trabalhadoras moçambicanas para a edificação do Socialismo, definido como sendo *“uma política institucionalizada de redistribuição de títulos de propriedade caracterizado pela transferência de títulos de propriedade para uso e pertença de um grupo designado povo”* (Hopp;s/d:16), isto é, um sistema que aboli a propriedade privada para uma propriedade colectiva.

Corroborando com Liesegang (2009:14), foram formuladas no III Congresso da FRELIMO, as primeiras políticas de desenvolvimento económico e social em Fevereiro de 1977, que serviriam mais tarde de base para a elaboração e aprovação, em 1979 (ano da realização da 5ª Sessão do Comité Central da Frelimo realizada de 14 a 16 de Junho), do Plano Prospectivo Indicativo (PPI) para o período 1980-1990.

### 1.2.3. Aldeias Comunais

Afirma Newitt (2012:471-472), que o desenvolvimento de Aldeias Comunais foi muito lento com grande desconfiança pelos camponeses abrangidos, que achavam que se estavam a adaptar mal ao esquema contínuo da agricultura familiar. Até 1984, tinham sido instituídas cerca de 1500 Aldeias Comunais, mais da metade destas, foram criadas no período da guerra de libertação e 600 delas estavam em Cabo Delgado, no extremo norte do país[[4]](#footnote-5). A construção das Aldeias Comunais tinha duas principais finalidades:

* Originar uma dimensão da cooperação e uma concentração dos recursos na agricultura; e
* Doutrinar o campesinato na ideologia política ou religiosa dos governantes da época.

É importante realçar aqui, que tais aldeias, contaram com uma forte oposição sobretudo porque envolviam mudança forçada dos camponeses da terra que tradicionalmente trabalhavam, e que era controlada pela sua própria linhagem, para grandes aglomerados semi-urbanos onde dependiam da comuna da aldeia para o acesso a terra. Não é novidade afirmar que muitos camponeses alojados em Aldeias Comunais regressaram para as suas antigas casas, deixando os novos aglomerados vazios e quem os encorajou a fazê-lo foram os chefes das suas linhagens, os quais por sua vez, tinham sido destituídos por funcionários dos partidos e adjuntos eleitos. Apesar de as Aldeias Comunais terem apresentado muitas vantagens no papel, representavam o que um observador francês descreveu como *une violence culturalle* (uma violência cultural) (Newitt;2012:472).

### 1.2.4. Machambas do povo/estatais

Entendidas como a produção agrícola moderna sob o controlo directo do estado, constituíram a resposta necessária face aos problemas criados pelo abandono das propriedades em Moçambique, por parte dos colonos e empresas portuguesas, e pela ameaça de escassez alimentar generalizada, conjugada com o rápido declino das exportações (Newitt;2012:475).

Enquanto que aldeias comunais assegurariam a auto-suficiência camponesa em termos de produção alimentar, as machambas estatais eram encaradas como *“o meio mais rápido de responder as necessidades alimentares do país”*, principalmente as da população urbana (idem).

O problema é que o programa das machambas estatais, estava repleto de contradições. A capacidade do estado permitia a recuperação de apenas uma parte das modernas propriedades agrícolas era altamente insuficiente. Manter os camponeses como mão-de-obra das *machambas* estatais requeria reformas mais profundas a nível das relações laborais do que aquelas que a nova gestão do partido e do estado eram capazes de levar cabo. A decisão de aumentar a produtividade através da tecnologia mais avançada constitui mecanismo de mão-de-obra que implicava perdas enormes em moeda externa devido a falta de mão-de-obra qualificada para operar e manter a maquinaria importada (Buene;2005:75).

A rentabilidade de culturas das *machambas* estatais era inferior ao planificado e por conseguinte, as áreas de cultivo tinham que ser aumentadas para que o volume de produção planificado fosse alcançado. A expansão das áreas do sector estatal frequentemente implicou a expropriação de terras com qualidade ao *campesinato* e mesmo às cooperativas; permitiu aumentar as áreas de cultivo e reduzir a dependência relativamente ao recrutamento de força de trabalho sazonal. A sua mecanização contribuiu para reduzir as oportunidades de emprego, e ao mesmo conduziu a produção continua de monocultura (Cahen;1987:14).

### 1.2.5. Plano Prospectivo Indicativo (PPI)

O PPI era definido como guia de acção e instrumento fundamental para a construção de uma economia socialista relativamente desenvolvida. Para esse objectivo eram defendidos três eixos centrais na materialização do PPI:

1. A socialização do campo e o desenvolvimento agrário através do desenvolvimento acelerado do sector estatal agrário (com base na grande exploração agrária e na mecanização, a realizar principalmente através dos grandes projectos) e da cooperativização do campo (transformação de milhões de camponeses num forte campesinato socialista edificado sob novas relações de produção; fortalecer, expandir e apoiar a criação de cooperativas e envolver os camponeses num modo de vida colectivo nas Aldeias Comunais);
2. A Industrialização, com maior enfoque no desenvolvimento da indústria pesada; e
3. A formação e qualificação da força de trabalho, através da adopção de normas e metodologias que permitissem a massificação da formação dos trabalhadores, incluindo a alfabetização e educação de adultos FRELIMO, (1980, citado por Liesegang;2009:14).

Antes sequer de terminar a organização e sistematização da estratégia de construção da nação e do plano de reconstrução nacional, Moçambique teve de desviar parte dos seus recursos para enfrentar uma acção de desestabilização desencadeada pelo regime minoritário da Rodésia do Sul e coordenada pelo regime do *apartheid* da África do Sul (Liesegang;2009:14).

Os ataques militares directos aos objectivos económicos e sociais desencadeados contra Moçambique viriam a transformar as acções de desestabilização numa guerra civil, que acabou dilacerando o país por cerca de 16 anos (idem).

### 1.2.5.1. Fracasso do Plano Prospectivo Indicativo (PPI)

Uma combinação de factores internos e externos inviabilizou a implementação do Plano Prospectivo Indicativo (PPI), instrumento através do qual se “sonhava” acabar com o subdesenvolvimento de Moçambique em 10 anos, e, a partir de 1982, a produção global do país, que havia recuperado da crise de transição (1974-77), começa a registar um declínio quase em queda livre.

De entre alguns factores internos que concorreram para o fracasso apontam-se:

1. Reduzido número de técnicos moçambicanos, erros e insuficiências próprias de

quadros que adquirem experiência de direcção e gestão político-económica no próprio processo de gestão macroeconómica e social;

1. Calamidades naturais (cheias e secas cíclicas) e falta de capacidade para as mitigar;
2. Actos de agressão e destruição de infra-estruturas económicas e a consequente

instabilidade, particularmente nas zonas rurais (Liesegang;2009:15).

No que refere aos factores externos diz respeito, podem ser eleitos os seguintes:

1. Não confirmação de Moçambique como membro de pleno direito do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME);
2. Aplicação integral de sanções ao regime rebelde de Ian Smith, em cumprimento da Resolução 253 (1968), aprovada em 29 de Maio de 1968 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas;
3. Redução do recrutamento de mineiros moçambicanos para uma terça parte do nível anterior e rescisão unilateral, por parte da África do Sul, do acordo que tinha com Moçambique, sobre o pagamento dos salários dos mineiros em ouro;
4. Diminuição drástica da utilização dos caminhos-de-ferro e dos portos moçambicanos pela África do Sul, o que, a par do encerramento de fronteiras com a Rodésia do Sul, reduziu para metade o tráfego ferroviário internacional através de Moçambique entre 1975 e 1981 (Liesegang;2009:15-16).

### 1.2.6. IV Congresso da Frelimo

Ironicamente afirma Matsinhe (2011:27), que “*depois da bonança veio a tempestade*”. A seca e guerra de desestabilização provocaram uma crise que levou ao decrescimento da economia inviabilizando de forma clara o PPI. O desequilíbrio ecológico que assolou a região da África Austral entre 1982 e 1983, que provocou a seca e a guerra de desestabilização política e económica movida primeiro pela Rodésia do Sul, depois pela África do Sul e mais tarde pela RENAMO, foram responsáveis pela crise económica.

Em 1983, o IV Congresso da Frelimo reuniu-se para analisar a crise económica e social que o país vivia e decidiu adoptar novas Directivas Económicas e Sociais para contrariar o declínio. O IV Congresso reconheceu que a vitória sobre o subdesenvolvimento assentava no apoio concentrado e integrado do sector de produção familiar, em especial na actividade agro-pecuária, assegurando os recursos necessários em instrumentos de trabalho, meios de produção e bens essenciais para a troca no campo. Por outro lado, recomendava uma forte combinação dos pequenos e grandes projectos para o combate à fome e o aumento de receitas em divisas para o país (Liesegang;2009:16).

Materializando as directivas do congresso, foi aprovado um Plano de Acção Económica (PAE), através do qual se iniciou um processo de liberalização de preços, que, aos poucos, foi marcando os primeiros momentos da introdução da economia de mercado em Moçambique.

Ainda no âmbito da implementação das decisões do IV Congresso, Moçambique desencadeou uma ofensiva diplomática destinada a *“abrir as portas do ocidente”* e a negociar a ajuda ao desenvolvimento nacional. Assim, o presidente Samora Machel visitou os Estados Unidos e o Reino Unido, em 1983, e o país iniciou negociações com as instituições de Bretton Woods (FMI e BM). Em 1984, à busca de condições de segurança para o seu próprio desenvolvimento, assina com a África do Sul o Acordo de Nkomati uma acordo de não agressão e boa vizinhança. No mesmo ano, Moçambique é aceite como membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), o que permitiu ao país começar a receber uma significativa assistência bilateral das instituições internacionais de ajuda ao desenvolvimento (Liesegang;2009:16).

### 1.2.7. Programa de Reabilitação Económica (PRE)

De acordo com Buene (2005:79) a adesão às instituições de Bretton Woods permitiu ao país beneficiar de um programa de recuperação e transformação económica. Em Janeiro de 1987, iniciava em Moçambique a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), que em 1989 integrou também a componente social (PRES[[5]](#footnote-6)). O PRE, que era inspirado e condicionado pelas políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, tinha como objectivos principais os seguintes:

* Reverter a queda da produção nacional;
* Assegurar à população das zonas rurais receitas mínimas e um nível de consumo mínimo;
* Reinstalar o balanço macroeconómico através da diminuição do défice orçamental;
* Reforçar a balança de transacções correntes e a balança de pagamentos (Liesegang;2009:16).

Para que isso acontecesse, era imprescindível que medidas políticas ao nível financeiro, monetário e comercial fossem tomadas. As empresas estatais deviam ser reestruturadas e, tanto quanto possível, privatizadas. Deviam ser introduzidos critérios rígidos de rentabilidade em toda a gestão económica. Deviam ser depositados mais esforços na agricultura privada, de pequena escala e familiar, através de melhores termos de troca e de um aumento de oferta de bens. O comércio devia ser liberalizado e o sistema de preços fixos abolido (Liesegang;2009:17).

### 1.2.7.1. Medidas de aplicação

As medidas de aplicação mais importantes implementadas pelo PRE durante os primeiros momentos foram:

* A desvalorização do metical nos primeiros dias de Janeiro de 1987;
* A alteração das taxas de juro de depósito a partir de 1 de Janeiro de 1987;
* A definição das tarifas e escalas salariais;
* A definição dos produtos que manteriam preços fixos;
* Estabelecimento de novas taxas de impostos a pessoas singulares e colectivas; (Mosca;2005:322).

### 1.1.8.1. Impacto do PRE

De acordo com Roesch, (s/d:15), a introdução do PRE teve, na realidade, um efeito marcante no nível de vida de todos os moçambicanos, na medida em que, não significou apenas um aumento acentuado da disponibilidade de alimentos e bens de consumo em muitas zonas do país (particularmente nas zonas urbanas), mas também subidas drásticas dos preços que conduziram a uma queda significativa do poder de compra do cidadão médio.

O aumento salarial generalizado que foi introduzido no âmbito do PRE não acompanhou de forma alguma, os aumentos dos preços dos alimentos e bem de consumo. Uma medida adoptada pelas famílias que residiam nas zonas urbanas era portanto a procura de terras aráveis com vista a ultrapassar a alta dos preços sobretudo dos alimentos que não conseguiam comprar. Este aspecto, foi reforçado, primeiro devido a falta de comunicação, ou melhor, o isolamento entre as cidades e os campos consequência da desestabilização criada pela Renamo. Importa salientar ainda que, as subidas de preços limitaram drasticamente a procura real, e com isso, o crescimento do mercado domestico (urbano), impondo portanto um grande constrangimento *“do lado da procura”* ao crescimento agrícola que constituía o centro de acção do PRE.

# 2. Conclusão

Termina-se assim o presente trabalho de conclusão do curso onde se abordou questões relativas a Moçambique pôs Independência (1975-1987) sobretudo nas Políticas de Desenvolvimento Económico do período em referência. Durante a realização do trabalho baseado na consulta bibliográfica, foi possível constatar que Moçambique durante o período em destaque adoptou várias políticas de desenvolvimento económico que tinham como finalidade acabar com o subdesenvolvimento do país num período relativamente curto (10 anos). Para tal, o país iniciou um processo de nacionalização dos principias sectores de produção, trata-se do sector da industria, transporte e agricultura onde as antigas propriedades privadas passaram para a gestão do estado (Empresas Estatais – EE). A nacionalização também desaguou no sector social onde abrangeu a saúde e a educação.

Em 1977, foi realizado o 3º Congresso da Frelimo, este, para além do valor histórico que ostenta, pois, foi o primeiro congresso a ser realizado em solo pátrio e livre da opressão do colonial, definiu os alicerces da política de orientação socialista, sobretudo, as formas de intervenção, os sectores a actuar, assim como as normas de actuação, foi ainda neste congresso que se desenhou o Plano Prospectivo Indicativo com a sigla PPI, uma politica que tinha como principal finalidade, desenvolver o país em 10 anos e que entraria em vigor a partir do ano de 1979. Esta política foi apoiada pela montagem de aldeias comunais, machmabas do povo assim como a cooperativização, o problema destas políticas foi que não olharam para o aspecto sociocultural do próprio país, principalmente para a questão das aldeias comunais que tiveram uma grande oposição pelos populares que se viram obrigados a abandonar as suas antigas aldeias para viverem nas novas aldeias onde o comunismo é que definia as regras de jogo. Conjugado a isso, estão os factores ligados a má qualidade da mão-de-obra que trabalhava nas indústrias, os problemas climatéricos, as politicas do *apartheid* na RSA que minaram por completo as políticas socialistas.

Como forma de ultrapassar a situação, foi introduzido em Janeiro de 1987 o PRE que visava reverter a situação em que o país de encontrava através de uma serie de reformas no sector económico, mas também que se viu a fracassar devido a exclusão da vertente social. Em consequência disso, é introduzido em 1989 o PRES a mesma politica mas já com a vertente Social.

# 3. Referências bibliográficas

BELLUCCI, Beluce. *Tudo e nada: a aposta do capital em Moçambique*, US P. Rio de Janeiro, Brasil, s/d.

BOUENE, Felizardo. *Moçambique: 30 anos de independência*. Centro de estudos Africanos da Universidade de Porto, Porto, 2005.

CAHEN, Michel. *Mozambique: la révolution implosée*. L'Harmattan. Paris, 1987.

FILHO, André Franco Montoro e outros. *Manual de Economia*. 2ª edição, Câmara Brasileira do Livro, São Paulo, 1996.

FRELIMO. *A Voz da Revolução – 5ª Secção Ordinária Do Comité Central da Frelimo.* Departamento do Trabalho Ideológico, Maputo, 1979.

HOPPE, Hans-Hermann. *Uma Teoria sobre Socialismo e Capitalismo*: *Economia, Política e Ética.* Universidade de Nevada, Las Vegas, s/d.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica,* Editora Atlas S.A., São Paulo, 2003.

LIESEGANG, Gerhard. *Economia, Política e Desenvolvimento*. Revista Cientifica Inter-Universitária, Maputo, 2009.

MATSINHE, Leví Salomão. *Moçambique: uma longa caminhada para um futuro incerto?* Dissertação de Mestrado, UFRGS – IFCH, Porto Alegre, 2011.

MENDES, Carlos Magno e outros. *Economia (introdução)*, Departamento de Ciências da Administração / UFSC, Florianópolis, 2007.

MOSCA, João. *Economia de Moçambique sec. XX*. Instituto Piaget, Lisboa, 2005.

NEWITT, Malyn, *Historia de Moçambique*, Publicações Europa e América, Lisboa, 2012.

ROESCH, Otto. *Reforma económica em Moçambique: notas sobre a estabilização, a guerra e a reforma das classes*. UEM, Maputo, s/d.

SILVA, Edna Lúcia da, e MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.* UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 3ª ed. Florianópolis, 2001.

1. Alguns exemplos de Economias centralmente planificada são os casos da antiga União Soviética e dos países da sua esfera de influência, a maioria dos quais transitou já para economias de mercado. [↑](#footnote-ref-2)
2. O exemplo deste sistema é o que está em vigor nos países do ocidente. [↑](#footnote-ref-3)
3. Fazenda estatal de propriedade colectiva (Matsinhe;2011:23). [↑](#footnote-ref-4)
4. A Aldeia Comunal remonta na História de Moçambique aos *aldeamentos,* planeados em particular no norte como parte das campanhas de cultivo de algodão (Newitt;2012:471). [↑](#footnote-ref-5)
5. Programa de reabilitação económica e social (PRES), foi outro programa que segui ao PRE mas, que devido ao insucesso do PRE acabou introduzido a componente Social, introduzido em consequência de inúmeras manifestações de descontentamentos (greves e mobilização de cidadãos e trabalhadores), acontecidas nas principais cidades, que aconteceu em 1989, a transição do PRE em PRES.

   [↑](#footnote-ref-6)